

PARECER JURIDICO

PROCESSO Nº 12.970/2025

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, HABITAÇÃO E APOIO À MULHER.

OBJETO: SERVIÇOS MANUTENÇÃO CORRETIVA DE VEÍCULO DE PLACA PQE 1946

EMENTA: Direito Administrativo. Lei 14.133/2021. Contratação Direta. Dispensa de Licitação. Artigo 75, §7º da Lei 14.133/2021.

I – PRELIMINAR DE OPINIÃO

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnico jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal n.º 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.

Classifica-se a presente peça como opinião técnica quanto à regularidade legal do procedimento, desvinculadas das finalidades que os justificam e tendo por base o próprio procedimento. Assim, cumpre salientar que o presente Parecer tem o fim de, no plano da legalidade, analisar os atos e procedimento realizados até o presente momento, caso seja verificado descumprimento de condições de menor relevo, o parecer pela continuidade do feito será condicionado à correção e/ou preenchimento dos elementos apontados como insuficientes, pela autoridade competente.

Noutro viés, atos maculados por irregularidades que não comprometam a validade do certame, ensejarão admoestações para fins de evitar a sedimentação da inconformidade, em futuros procedimentos licitatórios.

Para análise da presente solicitação, definiu-se que para a efetiva avaliação e possível deferimento do pedido de contratação, a secretaria interessada deverá instruir o procedimento com os seguintes documentos relacionados abaixo, caso ocorra à falta de algum documento ou a devida retificação, o procedimento retornará para o Órgão de origem para complementá-lo.

II – RELATÓRIO:

O processo teve início com a requisição formulada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e apoio à Mulher do Município de Silvânia - GO, através de ofício datado do dia 22 de agosto de 2025.

A presente requisição chegou ao Departamento de Licitações, que na sequência verificou a presença da documentação necessária e instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatória ou através de contratação direta.

Na sequência, o processo foi remetido a esta Procuradoria Jurídica, para a análise prévia quanto ao atendimento dos requisitos exigidos, prescrita no art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 12.343/2024, publicado no dia 30 de dezembro de 2024, que atualizou os valores da nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

Este Parecer, portanto, tem o escopo de assistir a municipalidade no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.

Acostado aos autos, verificou-se a presença dos documentos necessários à instrução do processo. Consta o protocolo e o documento de formalização da demanda, seguidos do Termo de Referência, o qual contém as cláusulas exigidas para a contratação, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Também se encontra anexado o Estudo Técnico Preliminar, além das cotações de preços obtidas junto ao mercado, em estrita observância à legislação aplicável. Ressalta-se que, no presente caso, as cotações foram acompanhadas de justificativa quanto à escolha dos fornecedores, não tendo sido obtidas com mais de seis meses de antecedência. Ademais, integra o processo o Mapa de Preços e a justificativa da escolha do fornecedor, com os critérios utilizados, nos termos do art. 72, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021. Por fim, foram juntados a dotação orçamentária, a autorização da autoridade competente e a documentação da empresa vencedora, composta pelo contrato social, documentos dos sócios e certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, assegurando-se a legalidade e a regularidade da contratação.

É o relatório.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, entrou em vigência, em 1º de abril, e já se pode contratar, por dispensa de licitação, utilizando os novos limites, constantes no Art. 75.

No procedimento em análise, autuado sob a modalidade dispensa de licitação, com o objetivo de realizar manutenção nos veículos automotores, com fornecimento de peças, a CPL seguiu corretamente o Art. 191 da Lei 14.133/2021, quando expressou no instrumento de contratação direta que seguiria a nova lei e não houve combinação da nova lei com a antiga, respeitando a vedação da combinação das leis em uma única contratação.

A dispensa de licitação aplica-se em situações que, embora viável competição entre particulares, a Lei reconhece a incompatibilidade entre a licitação e os valores norteados na atividade administrativa, sob o prisma de proporcionalidade. E em determinados casos a licitação se tornaria inviável ou até desnecessária, considerando os prazos licitatórios e os valores dispendidos para publicação de extratos de editais, sendo que em certos casos os valores das publicações superam o próprio valor da contratação. É indiscutível que a licitação produz benefícios para a Administração Pública, nesses casos a Administração irá contar com uma gama de possíveis fornecedores onde irão ofertar seus preços e durante uma possível disputa os valores sofreriam consideráveis reduções. No entanto há situações que a licitação se torna inviável, considerando que os veículos e maquinários que compõem a frota municipal são utilizados diariamente, e são de extrema necessidade mantê-los em pleno funcionamento.

Nesse sentido, considerando o permissivo legal do Art. 75, §7º que prevê “§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças”, alterado pelo Decreto nº 12.343/2024, publicado no dia 30 de dezembro de 2024, reajustando o valor limite para R\$ 10.036,10 (dez mil, trinta e seis reais e dez centavos).

Nesse interim, a apuração do valor não será pelo somatório do exercício financeiro, mas para cada dispensa de licitação, no entanto, caso a contratação necessária supere os limites previsto no parágrafo 7º, a Administração há de considerar o dispositivo legal contido no Art. 75, inc. I do mesmo diploma legal, e caso seja essa a aplicação os valores serão cumulativos.

Considerando que o município de Silvânia possui uma grande frota de veículos e maquinários, e para realizar a compra de peças e manutenções nos veículos seria necessário a deflagração de procedimento licitatório onde contemplasse todo o catálogo das montadoras. No entanto, entende-se a necessidade de realizar licitações para tais aquisições, contudo há situações em que a intervenção mecânica, seja ela prestação de serviço de manutenção ou o próprio fornecimento de peças deve se dar imediatamente ou em um curto período de tempo, e que não seria possível a administração adquirir todas as peças a fim de manter um almoxarifado, considerando a imprevisibilidade do defeito, seguindo essas considerações podemos considerar DESARRAZOADO a suspensão dos trabalhos realizados com a utilização dos veículos, com essas considerações conclui-se que a melhor opção é a Dispensa de Licitação, contudo mesmo sendo dispensável a Administração deve guardar certos requisitos exigidos por lei para legitimar tais contratações.

Considerando o exposto acima, devemos concluir ainda que a Administração embora permitida por Lei possa realizar despesas sem licitações, essa deverá planejar suas ações, para que não ocorram inúmeras dispensas, fracionando o objetivo final, com a intenção de fraudar o instituto da Dispensa de Licitação, mesmo considerando a não aplicabilidade de cumulação de gastos contido no § 1º do Art. 75 da Lei Federal 14.133/2021, a Administração deverá avaliar a situação dos veículos e maquinários a fim de verificar a vantajosidade na manutenção destes, considerando os valores dispendidos para manutenções em relação à efetiva utilização dos veículos.

III - DO VALOR

No caso em tela, o valor pretendido da presente contratação é no montante de **R\$ 3.320,00 (três mil e trezentos e vinte reais)**, portanto o valor amolda perfeitamente nos termos do Art. 75, §7º da Lei Federal nº 14.133/2021, alterado pelo Decreto nº 12.343, de 29 de dezembro de 2023, reajustando o valor limite para R\$ 10.036,10 (dez mil, trinta e seis reais e dez centavos).

IV - DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Em atenção ao princípio da motivação, a Administração Pública deverá indicar quais os fatores que embasaram a escolha de um fornecedor em detrimento de outros, porquanto, em geral, nas hipóteses de contratação direta, ressalvada a inviabilidade de competição absoluta, há mais de um fornecedor apto a atender à necessidade da Administração. Diferentemente da licitação, que possui edital com critérios objetivos de escolha, a Dispensa de Licitação não o possui, dessa forma compete ao gestor indicar as razões pelas quais elegeu um determinado particular em detrimento de outro. É necessário, então, não apenas justificar a presença dos requisitos para a ausência de licitação, mas também, a escolha do particular a ser contratado, muitas são as vezes em que a Administração define o fornecedor considerando apenas o preço proposto, sendo um critério pouco objetivo, para a escolha deve ser observados critérios de possibilidade de cumprimento contratual, verificação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, e demais condições intimamente ligadas ao objetivo central e a competência do fornecedor.

Frente a essa necessidade, verificamos nos autos a devida justificativa elaborada pelo Gestor, a qual compete definir os critérios de escolha do fornecedor do objeto em tela.

V - DA JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

Insculpida no Art. 72, inc. VII, a justificativa de preços está apartada da razão da escolha da contratada, apesar de ser comum que, na contratação direta, esta se dê, única e exclusivamente, em

razão do preço. Contudo trata-se de uma motivação equivocada, pois há situações em que o preço irá definir a contratação, outras, em que ele pode influenciá-la e, outras, ainda, em que ele não deve determinar a ação contratual a ser realizada, para melhor entendermos, o art. 75, inc. II não trata de forma explícita que a aquisição deverá ser realizada pelo fornecedor que apresentar menor preço, ele trata apenas dos valores máximos permitidos pela aquela modalidade de dispensa.

De fato, a necessidade de se justificar o preço deve-se a ausência de um processo competitivo entre os interessados, como por exemplo o Pregão, e essa falta de competitividade pode levar à Administração Pública a realizar contratações desarrazoadas, em "virtude da ausência de oportunidade para fiscalização mais efetiva por parte da comunidade e dos próprios interessados". Assim, o interessado na aquisição/contratação, sempre que possível, que o preço a ser contratado seja em conformidade com aqueles praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, podendo valer-se até de procedimentos passados para fins de comparação. Destacamos que a justificativa do preço é "muito mais do que a pesquisa de preços" meramente dita, a pesquisa de preços é a "demonstração da coerência entre a decisão administrativa de contratar por um determinado valor, considerando a pesquisa de preços realizada, o valor estimado e as características da contratação que está sendo realizada e "seu objetivo é subsidiar, motivar a decisão administrativa sob os especiais enfoques da razoabilidade e da economicidade, considerando a situação concreta.

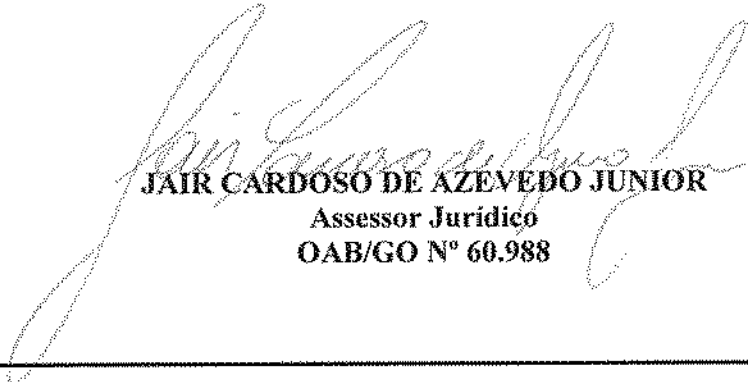
Considerando a necessidade de justificativa nos autos do processo, durante a análise ficou evidenciado as justificativas de preços, ressaltamos que a justificativa de preços distingue da justificativa de escolha do fornecedor, essa se trata dos valores praticados, que devem guardar coerência com o mercado, não podendo apenas ter como parâmetros orçamentos obtidos junto a empresas do ramo.

VI - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, se presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos conforme explanado nesse parecer, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Assessoria Jurídica, pela **APROVAÇÃO** podendo o processo de contratação produzir os efeitos jurídicos pretendidos, no que tange a **SERVIÇOS MANUTENÇÃO CORRETIVA DE VEÍCULO DE PLACA PQE 1946**, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, HABILITAÇÃO E APOIO À MULHER., mediante dispensa de licitação, com fundamento no Art. 75, §7, da lei 14.133/2021 e/c o Decreto Municipal 032/2022, cumpridas as formalidades administrativas.

É o Parecer S.M.J

Silvânia, 25 de setembro de 2025.


JAIR CARDOSO DE AZEVEDO JUNIOR

Assessor Jurídico
OAB/GO Nº 60.988